



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva *Ações Inclusivas de Sucesso*

Belo Horizonte
24 a 28 de maio de 2004

Realização:



Conferência “Direito e Cidadania”

Frei Betto

Assessor Especial da Presidência da República

“O poder é afrodisíaco?”, indagou o repórter Ricardo Gontijo ao general Ernesto Geisel, quando este ocupava a presidência da República. O carro partiu sem que houvesse resposta. Mas seu sucessor, o general Figueiredo, não temeu reconhecer que o demônio que assedia o poder é pródigo em tentações. Lord Acton foi mais incisivo. Declarou que “todo poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente”.

É injusto qualificar de corruptos todos que dispõem de uma parcela de poder. Mas não há dúvida de que o poder transtorna em qualquer escala: chefes, gerentes, diretores, dirigentes sindicais, políticos ou bispos. São Paulo diria que atíça a concupiscência. Torna a pessoa apegada aos prazeres e às facilidades oferecidas a quem ocupa posição de destaque.

Para muitos o poder é a suprema ambição. É a perversa maneira de se comparar a Deus. Vide os políticos que gastam somas bilionárias em campanhas eleitorais e mesmo derrotados voltam à cena, como se a sede de poder fosse proporcional à fortuna que dilapidam.

Há homens que, fora do poder, sentem-se terrivelmente humilhados, expulsos do Olimpo dos Deuses. Caem em depressão e, passada a ressaca, voltam à disputa pelo espaço de poder com mais garra e menos escrúpulos.

Malgrado as intenções, a vida se tece em ações. E a cabeça pensa onde os pés pisam. Pouco valem as intenções de quem jura que “chegando lá não serei como os outros”. Será sim, salvo honrosas e heróicas exceções, como Francisco de Assis, Gandhi e Che Guevara, que ousaram submeter seu modo de viver ao modo de pensar. Tinham princípios.

Em geral, dá-se o inverso. Modificado o modo de viver de quem ocupa o poder, em pouco tempo altera-se também o modo de pensar. Pois o poder faz girar a roda da fortuna e opera na pessoa uma mudança de lugar social e cultural. Ela se vê cercada de bajuladores, recebe convites e homenagens, ganha presentes, dispõe de assessores e, sobretudo, passa a dispor de uma infra-estrutura que a reveste de uma aura especial. Troca de guarda-roupa, de casa, de amigos e de mulher ou marido.

Aos olhos do comum dos mortais, aquela autoridade possui as chaves da felicidade alheia. Tem o poder de aprovar projetos, liberar verbas, autorizar obras, permitir viagens, distribuir cargos, promover pessoas, conceder bolsas e transformar seus gestos em fatos políticos.

Como é difícil a quem já experimentou o poder voltar a ser o que era! O presidente Getúlio Vargas preferiu meter uma bala no coração a ver-se destituído de poder.

O poder reduz a distância entre o desejável e o possível. Quanto maior o poder, menor essa distância. Um governador ou um ministro pode no mesmo dia, graças à função que ocupa - e à custa do contribuinte - almoçar em Brasília, jantar em São Paulo e dormir no Rio, convencido de que suas conversas e conchavos direcionam o rumo da história...

Quem se apega ao poder mira-se todas as manhãs no espelho da bruxa da Branca de Neve e não suporta críticas, pois minam sua auto-imagem e exibem suas contradições aos olhos de outrem. Daí porque se isola, fecha-se num círculo hermético ao qual só têm acesso os que cumprem suas ordens, dizem amém às suas idéias e palavras ou, ainda que críticos, calam-se, coniventes, pois tendo também suas ambições não querem ser rifados por quem possui mais poder.

Assim, cria-se uma cumplicidade tácita. Temem apenas que certa imprensa saiba o que ocorre nos bastidores do poder. No entanto, agem como se copeiros, garçons, motoristas, seguranças e empregados não tivessem olhos, cabeças, ouvidos, bocas, parentes, vizinhos e amigos...

Tudo se agrava, porém, quando o poder institucional vincula-se ao poder marginal e deputados, senadores, governadores e ministros locupletam-se com traficantes, torturadores, agiotas, fiéis ao adágio de que 'é dando que se recebe'. Então, as duas últimas letras trocam de lugar. O poder fica podre.

Escrevi esse artigo, “Patologia do Poder”, um dos textos de meu livro *Típicos Tipos – coletânea de perfis literários (A Girafa)*, antes de chegar ao governo. Não digo chegar ao poder, quem está no governo não detém necessariamente o poder. E essa é uma das duas óticas para entender o governo Lula: a primeira, a ilusão de pensar que ao chegar ao governo ele chegou ao poder. Há uma luta incessante para se tentar conquistar parcelas de poder. Quem tem o poder é o FMI, a Organização Mundial do Comércio, o G-8, enfim, aqueles que decidem a agenda econômica, militar, ideológica e política do mundo. E não lá em Brasília. Iludiram-se todos os representantes da esquerda latino-americana que, ao chegar ao governo, pensaram ter chegado ao poder.

Temos o caso de João Goulart no Brasil, de Salvador Allende no Chile, e da Frente Sandinista, na Nicarágua. São três belas páginas do passado da história política da América Latina. Os projetos não foram realizados porque se confundiu estar no governo e estar no poder.

A segunda ótica é a de que Lula ganhou uma eleição e muitas vezes olhamos esse governo como se ele tivesse feito uma revolução. Quando fazemos uma revolução, zeramos o governo e o poder, e começamos de novo. Então é possível fazer mudanças rápidas. Mas quando se ganha uma eleição num país de democracia burguesa, em que esta ainda não é sequer participativa, é meramente representativa, sem mecanismos adequados de cobrança, de aferição, por parte do cidadão, daquilo que seu representante exerce no governo, há que negociar com as forças do Judiciário, do Legislativo. E elas são, como todos sabemos e como o caso do Bingo demonstra, de tendência conservadora. Se não entendermos isso, criamos uma ansiedade justificável, que deve ter sido a dos cubanos quando Fidel Castro, no 1º de janeiro de 1959, entrou em Havana. Houve uma brusca mudança. Não é o caso do Brasil. As mudanças não são fáceis, são difíceis.

Outro aspecto sobre o qual desejo refletir é a dimensão subjetiva dos responsáveis pelas políticas públicas. Temos uma série de variantes que dificultam a realização dessas políticas. A máquina do Estado, tal como existe no Brasil, foi feita para servir a elite, a minoria do País. Às vezes algumas pessoas indagam se não acho que o MST está exagerando com as ocupações de terra. Respondo: as ocupações que o MST realiza são incomparavelmente menores em relação às ocupações da elite, por exemplo, nos

gabinetes de Brasília. A diferença é que a elite entra no gabinete e o movimento social precisa ir para a rua. Os *lobbies* são fortes, organizados, profissionalizados, em Brasília, e exercem uma pressão muito grande. Às vezes, um deputado, um senador é, na verdade, um lobista, eleito só para cumprir essa função a serviço de determinada corporação. Ele é um lobista institucionalizado, além dos lobistas profissionalizados que não exercem mandato. Para distorcer a máquina do Estado, para torná-la a serviço da população, vai uma grande distância.

Esse é um primeiro aspecto das políticas públicas. Elas são políticas e são públicas enquanto publicadas, mas não são populares, não têm o caráter de serviço à maioria da população. É muito difícil o Executivo encaminhar um projeto de lei e o Congresso aprová-lo se não beneficia as corporações. Ou seja, para beneficiar a maioria da população, está longe de acontecer. Vou dar um exemplo: o ministro Patrus Ananias já disse e quero repetir: o Fome Zero é uma política pública inclusiva, não é um programa, e caminha com bastante êxito. Muitas pessoas me perguntam onde está o Fome Zero por um vício de ótica que carregamos em relação às campanhas anteriores de combate à fome no Brasil.

O Fome Zero não é uma gincana de coleta e distribuição de alimentos. Particpei da elaboração dessa política pública, de outubro de 2002 até o dia em que foi anunciada, 31 de janeiro de 2003. Foi pensada para ser uma política de inclusão social. E como sabemos se uma obra social é ou não assistencialista? Basta responder à seguinte pergunta: se o provedor, que é a obra, desaparecer, os beneficiários avançam ou regridem? O Fome Zero foi pensado para ser um provedor que deve desaparecer o quanto antes, porém, os beneficiários devem avançar. Por isso, ele caminha sobre quatro pernas. Primeiro, a perna do Programa Bolsa Família. O presidente unificou dois ministérios, criou o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e as políticas de transferência de renda do Governo Federal, triplicando o valor do benefício de R\$ 22 para R\$ 73, que hoje alcança 7 milhões de famílias. Até o fim de 2006, serão 11 milhões e 400 mil famílias. Então, a primeira perna é a transferência de renda.

A segunda são as políticas estruturantes, como a reforma agrária, o cooperativismo, o microcrédito, a compra direta da agricultura familiar. As cestas básicas dadas pelo Fome

Zero não são compostas de alimentos comprados de supermercados, de atacadistas, e sim da agricultura familiar. Desta forma, reativa-se a economia local.

A terceira perna são as políticas emergenciais, como as cestas básicas. E a quarta é a política educacional, a educação cidadã. Se não trabalharmos os paradigmas das famílias beneficiárias, elas certamente não farão bom uso dessas políticas públicas que lhes são oferecidas. Terão uma relação de dependência dessas políticas e não de empreendedorismo. A educação cidadã inclui o planejamento familiar (e não o controle da natalidade), a paternidade e a maternidade responsáveis, e as três condicionalidades, aquelas a que estão obrigadas as famílias beneficiárias: o programa de saúde, a alfabetização de todos os familiares e a manutenção de todas as crianças na escola. Além disso, as famílias têm de participar do curso de cooperativa, fazer uso do microcrédito, saber lidar com uma série de serviços públicos que lhe são oferecidos. É preciso que o próprio governo prepare e qualifique essas famílias e ajude-as a desatar os nós da burocracia da máquina do Estado. Hoje, o Governo Federal dá crédito com juros de 2% à população mais pobre. Porém, muitos têm dificuldade de acesso a esse crédito, porque o gerente da agência bancária do Governo Federal não está habituado a prestar atenção ao pobre. Isso é um trabalho que faz parte desse processo de educação cidadã.

Um exemplo típico de como uma política pública não interessa quando não favorece corporações é o Sede Zero, talvez uma das iniciativas mais revolucionárias do Fome Zero. Há 20 anos, um camponês de Sergipe, chamado Manoel Apolônio de Carvalho, empurrado pela seca, foi para São Paulo procurar emprego e conseguiu trabalho numa firma de manutenção de piscinas. Um dia, ele estava observando a piscina de uma mansão, e viu que tinha uma espécie de cone de cimento no meio. O dono da casa perguntou-lhe: Você veio aqui para ficar olhando a água ou vai trabalhar? Ele respondeu: Doutor, hoje mesmo estou voltando para minha terra, resolvi o problema da minha vida. E não disse mais nada. Voltou para Sergipe e inventou a mais barata, eficaz e revolucionária tecnologia do Sede Zero: a cisterna de captação de água da chuva. Todo o programa Sede Zero está calcado sobre esse pequeno artefato inventado por Manoel Apolônio de Carvalho. Detalhe: ele inventou essa cisterna há 20 anos. Mas nenhum governo investiu em seu invento.

Ninguém nunca ouviu dizer que no Canadá existe um departamento nacional de obras de combate à neve. Porque neve não se combate, aprende-se a conviver com ela. Combate-se o frio. No Brasil, existe um Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. Manoel nos ensinou que a seca também não se combate. Combate-se a sede. Segunda correção que o Manoel fez: é mentira que São Pedro castiga o Nordeste brasileiro não mandando água. Ele manda, só que durante poucos dias. Se a família construir uma cisterna ao lado da casa e recolher a água naqueles poucos dias, poderá enfrentar a seca. A medição pluviométrica é feita desde 1889 e sabe-se que, até hoje, no ano com menor incidência de chuva chove o suficiente para encher uma cisterna de 16 mil litros, o que permite a uma família de 5 pessoas atravessar oito, nove meses de estiagem.

Uma canaleta contorna todo o beiral do telhado da casa. A primeira água da chuva lava o telhado. Logo a seguir a água que cai na canaleta já é limpa. Abre-se então a torneira do cano que une a calha à cisterna. Este cano tem uma tela para impedir a passagem de folhas, galhos e outros detritos para dentro da cisterna. A água da chuva depositada na cisterna é conservada com cloro ou água sanitária. Essa cisterna custa R\$1.400,00, dura 40 anos e, às vezes, abastece até duas famílias.

No Paraíba, vi uma cisterna cheia de sapinhos e achei que a água estava suja. Mas a dona da casa explicou que enquanto os sapinhos estivessem na cisterna não era necessário pôr água sanitária nem cloro, porque é sinal de que a água está limpa.

Essas cisternas emancipam uma família. Em 2004 foram construídas 50 mil, e o projeto é construir 1 milhão. Representa a emancipação social, econômica e política da família. Social, porque crianças e mulheres não são mais obrigadas a caminhar quilômetros para buscar água contaminada. Essa tarefa diária, além de cansativa, impede as crianças de irem à escola e as mulheres de fazerem o trabalho doméstico e ajudarem na agricultura familiar. Economicamente permite à família tocar a agricultura familiar. Politicamente, porque aposenta toda raça de políticos que no Nordeste vive do carro-pipa, da exploração dos recursos hídricos.

Na campanha presidencial de 1994, estive com Lula em Mossoró. Ali existe a maior plataforma continental da Petrobrás. Mossoró é a única cidade do Brasil onde ninguém precisa ter chuveiro elétrico no banheiro porque toda a água é quente. A Petrobrás gastava 100 mil dólares para abrir poços no quintal das casas e, não encontrando

petróleo ou gás, gastava mais 100 mil dólares para fechar. Só que Mossoró é uma região de seca e ficava a pergunta: por que fechar os poços se a população necessita de água? E a resposta era: para não prejudicar os políticos, que vivem do carro-pipa. Se a Petrobrás mantivesse abertos os poços, acabaria essa elite política. Mas quando o quintal era de alguém ligado a essa elite, o poço permanecia aberto e a casa era transformada em pousada de águas térmicas.

O presidente Lula acabou com isso quando instituiu a parceria da Petrobrás com o Fome Zero. A primeira ordem dele foi a reabertura desses poços no Nordeste, porque não só em Mossoró aconteceu isso, mas também em outros lugares.

Sessenta por cento do alimento que chega às nossas mesas no Brasil vem da agricultura familiar. Hoje, alguns citam o agronegócio. Desafio alguém a me mostrar, com exceção da soja, uma empresa de agronegócio que não tenha por trás a agricultura familiar. Todas as empresas exportadoras de aves dependem da agricultura familiar. O mesmo acontece com as exportadoras de trigo, de milho. Logo, o agronegócio também é dependente da agricultura familiar.

A construção de cisternas de placas é uma política pública revolucionária. Nunca ninguém antes investiu nisso. Se o Manoel Apolônio de Carvalho fosse americano e tivesse tirado patente de seu invento estaria milionário. No entanto, o máximo que conseguiu foi formar uma filha na Faculdade de Jornalismo. Continua vivendo em Sergipe, num pequeno sítio, com dificuldades econômicas.

A água recolhida nas cisternas é aproveitada para todos os usos. A água utilizada no banho e na limpeza das vasilhas é reservada para regar as plantas, não vai para o ralo. O único cuidado é jogar essa água reutilizada a dois ou três palmos de distância da planta, e não diretamente, para que a terra absorva os componentes químicos do sabão ou do detergente, funcionando como um filtro.

Políticas públicas

A política pública passa por dois vieses. O primeiro é o chamado pacto federativo. É preciso acertar os passos do Poder Executivo federal com os estaduais e municipais. É uma operação complexa, porque o bem do povo não é o único fator em jogo e, às vezes,

não é levado em consideração por um desses poderes. O que está em conta é como um deles utiliza a política pública para assegurar o próprio futuro político pessoal. Essa é a questão de fundo. E isso é o que trava o poder público no Brasil.

O ser humano tem três grandes necessidades: a alimentação, a sexualidade e o sono. Mas nenhuma se compara à sede de poder. Esta reveste a nossa identidade de uma certa onipotência, e por isso está acima da sede de dinheiro. Fico muito impressionado com pessoas que ganham uma fortuna, cinco, seis vezes mais na iniciativa privada, e lutam arduamente para serem incluídas nos quadros do poder público. Porque a função pública dá a quem a ocupa uma emanção de poder que é mais concupiscente, mais interessante do que o simples fato de ter dinheiro. Até porque quem ocupa o poder tem uma ilusão a respeito do seu verdadeiro poder. Na verdade, individualmente, cada um de nós tem muito pouco poder, precisa negociar muito, batalhar muito. Mas o público em geral imagina que quem ocupa um gabinete num ministério, no Palácio, numa secretaria, é capaz de resolver as coisas com um simples ato de vontade. Isso não acontece.

Voltei a ler Shakespeare para entender o poder. Sua biografia é cercada de grandes mistérios. Uns dizem que se tratava de Francis Bacon, outros que era um pseudônimo, outros ainda que ele realmente existiu. De qualquer maneira, tirei uma dúvida: ele trabalhou num palácio como eu trabalhei. Só quem trabalhou num palácio pode escrever aquela obra. Não há possibilidade de se conhecer tão intimamente os bastidores do poder sem ter tido uma experiência direta.

Criamos, ao longo da história do Brasil, uma classe de políticos que herdou do ponto de vista da cultura política o que acontecia na corte do Império: uma classe eleita para favorecer os seus pares, que formam um pequeno grupo. A sensibilidade para o popular é muito recente. É muito recente o ingresso de representantes do povo nas instâncias de poder no Brasil. Até 30 anos atrás não se via nenhum operário, nenhum agricultor, nenhum militante do Movimento Sem Terra, nenhum sindicalista no poder. Hoje temos Marina Silva, do Acre, ministra do Meio Ambiente, que era analfabeta até os 14 anos. Conheci o Olívio Dutra na Pastoral Operária de Porto Alegre como bancário. Conheci o Miguel Rosseto nas Comunidades Eclesiais de Base de Canoas. Conheci o José Fritsche nas Comunidades Eclesiais de Base de Santa Catarina, em Chapecó. Essas pessoas

ocupam ou ocuparam funções importantes na República. Isso é uma novidade, e uma novidade que cria muitas contradições, porque as lógicas a respeito da política pública não batem.

Costumo dizer que para ser político tem que chegar ao governo como o presidente Salvador Allende, disposto a morrer. Se estiver pensando em sobreviver, já fica um pouco difícil. Ou como Che Guevara, que deu aquela reviravolta franciscana na vida. Chegou ao poder em Cuba e, depois, começou do zero na guerrilha da Bolívia. Justamente porque a ética que o formou ao longo de sua experiência como médico, e de suas concepções revolucionárias, era tão forte que fez esta opção quando houve a mudança da natureza e do caráter do Estado. É isso que caracteriza uma revolução.

As nossas políticas públicas são muito condicionadas por esse paradoxo. Uma revolução muda as duas coisas, a natureza e o caráter do Estado. Che, ao decidir deixar o governo cubano, disse: “Aqui cumpri minha missão, agora vou seguir o exemplo de Bolívar”. E escolheu simbolicamente um país no coração da América do Sul, a Bolívia. Era também uma homenagem a Bolívar. Che quis erguer uma bandeira revolucionária, mas numa conjuntura que fez seu projeto fracassar. Mas ficou seu exemplo simbólico.

Temos hoje um governo que efetivamente está comprometido a responder as demandas da maioria da população brasileira. Os compromissos desse governo são óbvios, todos nós conhecemos: reduzir a desigualdade social, combater o desemprego, reduzir a violência, criar uma sociedade com muito mais dignidade, muito mais participação. Porém, as dificuldades não estão só na conjugação dos três Poderes; mas na própria máquina do Estado, que não facilita a execução das políticas públicas. Estão também no controle orçamentário dessa máquina.

Quando os jornalistas me perguntaram se o presidente vai cumprir a promessa de criar 10 milhões de novos empregos, eu disse: “Vai, desde que consiga rever o acordo feito pelo governo anterior com o FMI, que tenha recursos para a infra-estrutura, recuperação de rodovias, construção civil, portos, desde que esses recursos não sejam mais considerados gastos, e sim investimentos”. Atualmente, pelo acordo já feito, são considerados gastos.

Nós não pretendemos, nem temos a intenção, nem força para dar um calote. Não há condições disso. Seria muito romântico, mas o fato é que não é exequível dar calote. Era

dramático para cada um de nós saber que todo o recurso que o Governo Federal tinha para novos investimentos eram 12 bilhões de reais. E nós entregamos para os credores 74 bilhões de reais. É dramático conviver com uma experiência dessas. É dramático saber que o PIB do Brasil é de 500 bilhões de dólares e os Estados Unidos acabam de gastar, só em armas, 400 bilhões de dólares. Então, a questão é mais ampla.

Estamos diante de uma conjuntura mundial que alguns chamam de globalização, mas que corretamente deve ser chamada de “globocolonização”, porque há a imposição ao planeta de um modelo de sociedade, o anglo-saxônico, ou se preferirem, de uma maneira popular, a “mcdonaldização” do planeta. Só se pode pensar o Brasil hoje, a política pública do Brasil, tendo em conta essa conjuntura que nos asfixia. É um jogo, um tabuleiro de xadrez. Não importa que o peão seja a menor peça, mas um peão pode dar um xeque-mate. Porque o Brasil não pode se mover sem levar em conta a conjuntura internacional, e nesse ponto o presidente Lula é um mestre. Porque a política externa desse país está dando um xeque-mate nos Estados Unidos.

Perguntaram-me sobre o episódio correspondente do *New York Times* no Brasil. Escrevi um artigo, intitulado “O Porre do Presidente”, que publiquei em *O Globo*, no qual analisava o que aconteceu. Para mim não é novidade o *New York Times* mandar o seu representante no Brasil fazer um perfil do presidente pegando o detalhe da bebida. Por quê? Aprendi nos manuais de publicidade fascista que quando você quer combater um adversário, não deve brigar com os princípios dele, não deve brigar com as idéias dele. Detone a moral dele. Mostre o João Pedro Stédile na capa de uma revista semanal retocando a foto para ele parecer o demônio. Isso tem mais efeito do que gastar 8 páginas da revista combatendo o MST. Exatamente o que fazem com a única pessoa da América Latina que recentemente foi reconhecida entre as 100 pessoas mais influentes do mundo: Lula. Ele colocou em xeque a Agenda da ALCA, a Agenda da OMC (Organização Mundial do Comercio), em Cancún. Pela primeira vez, obrigou a OMC a punir a política algodoeira, os subsídios americanos à indústria do algodão, ignorou o veto americano de entrada no mercado árabe, ignorou o veto americano de entrada no mercado chinês. Porque há uma grande triangulação do comércio chinês via Estados Unidos. Lula reativou o Mercosul, aproximou pela primeira vez o Grupo Andino do Mercosul, obrigou a Casa Branca a ter cautela com sua ofensiva na Venezuela e em Cuba. É evidente que Lula não agrada aos interesses do império. Então, a melhor

maneira de desmoralizá-lo é atacando sua moral, criar a imagem de que, enfim, o Brasil está criticamente em mãos de uma pessoa que não tem condições morais, psicológicas, de comandar uma nação do porte do Brasil, porque é um ébrio. Isso vai criando um caldo de cultura, e se a gente não ficar atento, daqui a pouco esse caldo de cultura engrossa e aí vem o golpe, vem a queda do presidente, como tentaram fazer com o Chávez. Podemos fazer todas as críticas ao Chávez menos uma: não há nenhum político, nem o Lula, mais democraticamente eleito do que ele em todas as três Américas. Porque ele foi eleito, foi reeleito, fez plebiscito, fez reforma da constituição, reformou o congresso. Ele ganha todas, e no dia que o derrubaram ele voltou nos braços do povo. Então, você pode dizer que é um caudilho, pode fazer a crítica que quiser, mas é o presidente mais democraticamente eleito desse continente. É evidente que isso também não agradava aos Estados Unidos, tanto que tentaram derrubá-lo e não conseguiram. E por quê? Porque o Brasil teve um papel importante nessa parceria.

Por isso o presidente Lula está levando o Fome Zero para o cenário internacional. É importante para quem faz política pública ter claro que uma questão social só é resolvida quando vira um problema político. O Brasil tem uma experiência inusitada nisso: a escravidão. De todas as Américas, aqui ocorreu o mais longo período de escravidão, 358 anos. Ao longo de mais de três séculos foi considerada tão natural quanto o dia e a noite. Nem a Igreja Católica, que tomou a defesa dos índios, tomou a defesa dos negros. Em 1888 houve a abolição oficial. Por quê? Porque trinta anos antes a sociedade civil começou a politizar o tema da escravatura e isso levou o Estado a decretar a abolição oficial. É exatamente o que hoje o presidente Lula faz com o tema da fome, uma questão social que sempre se ignorou.

Há três fatores de morte precoce no mundo hoje: a AIDS, o terrorismo e a guerra. A soma das vítimas das três não chega à metade das vítimas da fome. São 842 milhões de pessoas em desnutrição crônica; 24 mil mortos por dia, dos quais milhares são crianças com menos de 5 anos de idade. São 5 milhões de crianças mortas de fome no mundo por ano. Ninguém chora, ninguém protesta, nada. Por quê? Só encontrei uma resposta a essa pergunta e ela é cínica. Porque a AIDS, a guerra e o terrorismo não fazem distinção de classe e a fome faz. É como se nós, os bem-nutridos, disséssemos: “Que os miseráveis morram de fome, isso não me importa, eu é que não posso morrer de outra coisa”.

Temos que fazer política pública pegando o que há de mais primordial na subsistência humana. O maior escândalo do século XXI é o fato de seres humanos não terem acesso ao alimento. Esse é o maior escândalo num planeta que produz alimentos para 12 bilhões de bocas. O dobro das que existem. Num país que produz alimentos para 200 milhões de pessoas, e nós somos 180 milhões, fora o desperdício, que equivale ao consumo de 35 milhões. O problema não é nem excesso de boca, nem a falta de alimentos, é a falta de justiça. Sabemos que por esse viés vamos tocar as estruturas do sistema. Porque o sistema transformou algo absolutamente essencial à nossa sobrevivência, que é a comida e a bebida, em valor de troca, e não mais em valor de uso. Mercantilizou. Daqui a pouco vamos ter que comprar oxigênio para poder respirar. A água já estamos comprando. Quase ninguém mais filtra água em casa; compra-se em algum lugar, ainda que a água do garrafão não seja filtrada. Entramos na síndrome do mercado, que corroeu o Estado com o processo da privatização. O Estado foi mercantilizado também, e sua recuperação como instrumento de política pública, de serviço público, é tarefa para algumas gerações.

* * *

Frei Betto é Assessor Especial da Presidência da República, Coordenador da Mobilização Social do Fome Zero e autor de vários livros e artigos sobre temáticas relacionadas a direitos humanos.